

Entraves e possibilidades das práticas sociais de lazer no espaço Estação das Docas em Belém – Pará

Pablo Vitor Viana Pereira¹
Mirleide Chaar Bahia²



RESUMO

O objetivo principal dessa pesquisa foi analisar os entraves e as possibilidades das práticas sociais de lazer dos usuários no espaço público Estação das Docas, em Belém-PA. Como procedimento metodológico optou-se por uma pesquisa descritiva analítica, com abordagem qualitativa, por meio da combinação entre levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, por meio das entrevistas semiestruturadas. A partir da análise dos dados foi possível constatar que no espaço público Estação das Docas apresenta-se com certa falta de acessibilidade física e simbólica, fato observado por meio da percepção sobre a existência de certa vigilância, no “agir” dos funcionários, os quais utilizam sua “autoridade” para estabelecer o que pode e o que não pode ser realizado no local. No entanto, novas práticas acabam fazendo parte da cena e instalando pequenas transgressões ao que está imposto como norma, desvelando práticas sociais de lazer que os usuários utilizam para vivenciar no espaço público.

Palavras-chave: Práticas sociais de lazer. Espaços públicos. Estação das Docas (PA).

1 Graduação em Turismo (Bacharelado) pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA). E-mail: pablo.viana28@gmail.com.

2 Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA); Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

ABSTRACT

The goal of this project was analyze of the obstacles and the possibilities of social leisure practices of users in the public space Estação das Docas in Belém-PA. As methodological procedure was applied an analytical descriptive research with qualitative approach through combination between bibliographic research, field research and semi-structured interviews. From data analysis was perceived that in the Estação das Docas space that it is possible to notice the lack of physical and symbolic accessibility. This is observed trough the space surveillance, in the employees “acting” witch dictated what was permitted or not permitted to do in the space. Otherwise, new practices were incorporated in the scene and imposing feel transgressions to what is considering a norm, revealing social practices of leisure by users what characterize leisure experience in the public space.

Keywords: Social practices of leisure. Public Space. Estação das Docas (PA).

INTRODUÇÃO

Para compreender as práticas sociais de lazer no mundo contemporâneo é necessário identificar mudanças, reconhecer diversidades e desvelar desigualdades, uma vez que, para sua compreensão é imprescindível entender o lazer como um fenômeno em constante transformação (BAHIA, 2014). Logo, este deve ser analisado como fonte de hábitos (sociais e culturais) e pelas contradições, pois assim como existe a possibilidade de emancipação, também existe a ideologia do lucro, que transforma o tempo livre em uma forma funcional e comercial (ADORNO, 2002).

Notadamente, o lazer ainda é visto tanto pelos planejadores de políticas públicas quanto pela população em geral, como uma recompensa pelas horas de trabalho. Essa conotação funcionalista, muitas vezes, é incorporada pelas relações de consumo estabelecidas pelo capital, por meio da indústria cultural, a qual explora e incorpora valores imediatistas e utilitaristas. Não obstante, percebe-se, nesse processo, vários reflexos da vida em sociedade – relações fugazes, individualismo, competitividade e sistema de valores baseado no capitalismo pós-moderno.

Todavia, também existem possibilidades acerca do tempo livre e/ou lazer enquanto perspectiva de emancipação e de liberdade (BAHIA, 2014). E, como salienta Werneck (2000a, p. 78), as vivências de lazer não podem ser vistas, simplesmente, pela lógica da alienação, da compensação, ou da exploração do mercado. É possível ver tal vivência “mobilizada pelo desejo e permeada pelos sentidos de liberdade, autonomia, criatividade e prazer, os quais são coletivamente construídos”.

Em relação aos espaços requalificados³ para as práticas sociais de lazer, cultura e turismo na orla da cidade de Belém, Amaral (2005), Figueiredo (2008), e Trindade Júnior (2013) apontam que esses espaços, na maioria das vezes, surgiram com o intuito de transmitir uma nova imagem para a cidade, principalmente, de estratégia do *marketing* urbano, a exemplo, dos espaços do Complexo Turístico Estação das Docas, Complexo Turístico Feliz Lusitânia⁴ e Parque Naturalístico Mangal das Garças⁵. Todavia, destaca-se que o processo de requalificação adotado pelas políticas públicas apresentou vários problemas, que se estabelecem tanto pela falta de acessibilidade atribuída pelas dimensões físicas, quanto pelas barreiras simbólicas existentes.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo: analisar os entraves e as possibilidades das práticas sociais de lazer dos usuários no espaço público Estação das Docas em Belém-PA. A escolha do espaço Estação das Docas como recorte espacial dessa pesquisa se deu pela relevância enquanto espaço público para as práticas sociais de lazer na cidade de Belém, além das suas peculiaridades, tanto no campo das discussões político-ideológicas, quanto pelas idealizações-concepções do espaço (TRINDADE JR; AMARAL, 2006).

3 O termo requalificação social e urbana é associado à qualidade urbana vinculado a questões econômicas – ecológicas e sócio – culturais (FERREIRA; CRAVEIRO, 1989).

4 O Complexo Turístico Feliz Lusitânia está localizado no centro histórico da cidade de Belém, no bairro da Cidade Velha. É um espaço que sofreu recuperação arquitetônica e tratamento paisagístico com vistas à atratividade turística e de lazer, com forte apelo histórico e cultural (TRINDADE JÚNIOR, 2013).

5 O Parque Naturalístico Mangal das Garças foi criado pelo Governo do Pará em 2005. É resultado da revitalização de uma área de cerca de 40.000 metros quadrados às margens do Rio Guamá. Tornou-se um parque naturalístico de lazer, entretenimento e turístico, com valorização de paisagens e ambientes naturais e da memória histórica e cultural da cidade (TRINDADE JÚNIOR, 2013).

A pesquisa se alicerça numa abordagem qualitativa da realidade social, haja vista que é de natureza e não de escala hierárquica (MINAYO, 2015). Em outras palavras, prima pela compreensão como princípio do conhecimento, não enfatizando a objetividade dos dados nem a mensuração dos fenômenos.

BREVE REFLEXÕES SOBRE ESPAÇO PÚBLICO

O entendimento do significado de espaços públicos ainda causa incertezas e indefinições (GOMES, 2012), até por que para compreender, não necessariamente se tenha que definir ou classificar determinado espaço, mas entendê-lo nas suas dimensões. Como os espaços públicos são lugares de relações sociais dos diferentes grupos, conseqüentemente os conflitos surgem e, nesse caminho, as diferentes formas de negociação e de acordo apareceram, sejam pelas administrações dos espaços públicos, na sua forma regulatória, seja pelos próprios usuários, na forma de contraposição. Um espaço público é sempre “um espaço contestado pelas diferentes categorias de usuários que o frequentam” (JOSEPH, 2004, p. 43).

O espaço público precisa ser entendido como lugar de sociabilidade, de ação política, de práticas sociais de lazer, de encontro etc., isto é, de espaço de uso multifuncional, fundamental para a vida nas cidades. Não se pode pensar em valores que caracterizam o espaço público apenas pelo viés econômico (comercialização, comunicação, entretenimento etc.), mas como local que proporcione, especialmente, qualidade de vida à população.

As relações de sociabilidade em espaços públicos são características importantes de se observar, mesmo que a prática do consumo prevaleça em determinados momentos. É a partir da sociabilidade que ocorre “uma espécie de espaços comunicacionais, onde, através da interação entre grupos, redes e indivíduos, se definem e redefinem simbolicamente certas diferenças socioculturais” (FRÚGOLI JR., 2007, p. 25). É interessante perceber as novas (re) leituras sobre a sociabilidade, pois assim como existe a possibilidade de construção temporária do próprio social entre os diferentes atores sociais, na qual a interação em si constitui o principal intuito, por outro lado uma segunda leitura da sociabilidade emerge da qualidade “interclassista”, na ideia de que tais relações estariam baseadas, principalmente, entre os iguais, ou seja, enquanto de um lado temos as interações entre diferentes ou estranhos, no oposto, os indivíduos que se conhecem interagem regulamente. Para este estudo, a primeira compreensão de sociabilidade seria a mais condizente, especialmente por tratar do tema da copresença no espaço público.

A copresença de indivíduos é uma das principais características do espaço público, particularmente pelas formas de relações entre estranhos em lugares de notáveis intensificações de usuários. Gomes (2002) apresenta o espaço público como aquele que permite uma copresença de indivíduos na capacidade de estabelecer diálogos ou expressar opiniões.

Trata-se, portanto, essencialmente de uma área onde se processa a mistura social. Diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da copresença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo (GOMES, 2002, p. 163).

Como aponta Jacobs (2000), é justamente na diversidade de pessoas que tornaria possível certo sentido comunitário, o cuidado pelo espaço público, a exemplo da rua, que por meio de uma sucessão de olhares, zelaria pela liberdade, pela ordem, pela segurança instaurada

informalmente e não institucionalmente. Porém, deve-se atentar também para o modo como a noção de diversidade vem sendo re-significada pelas políticas de requalificação de áreas centrais, principalmente na forma de uma diversidade limitada, sobretudo em termos socioeconômicos (FRÚGOLI JR., 2007).

O debate sobre as políticas de requalificação é necessário, haja vista que vários termos (reabilitação, renovação, regeneração, revitalização, conservação, preservação) são usados nas operações de natureza urbanística, arquitetônica e de intervenção no espaço público, assim como invadiram discursos jornalísticos, técnicos, políticos e científicos, dando origem a um uso acrítico, o qual merece alguma problematização e conceitualização (PEIXOTO, 2009).

No artigo de Moreira (2007), intitulado “Requalificação urbana: Alguns conceitos básicos”, o autor salienta que a evolução de um conjunto de conceitos ligados aos processos de requalificação dos espaços urbanos são, muitas vezes, mal aplicados, e diz que é preciso uma análise dos conceitos básicos ligados aos processos de reutilização do espaço urbano consolidados a partir do processo de requalificação urbana. Muitos desses conceitos se manifestam nas suas diferentes formas: reabilitação, renovação, regeneração, revitalização, conservação, preservação, e tantos outros termos utilizados na prática e na análise das intervenções nos centros históricos e nas áreas urbanas reconvertidas para novos usos.

Moreira (2007) ressalta que a utilização do termo “requalificação urbana” é muito recente em Portugal, surgindo no final dos anos 1980. Em outros momentos esse vocabulário urbanístico não aparecia nas publicações, pois geralmente os termos utilizados eram revitalização, reabilitação, ou ainda, recuperação, para descrever o mesmo processo. O termo revitalização urbana, designava o conjunto de operações destinadas a articular as intervenções pontuais de recuperação dos edifícios existentes em áreas degradadas, com intervenções mais gerais de apoio à reabilitação das estruturas sociais, econômicas e culturais locais.

Segundo o autor, o termo revitalização foi confundido com requalificação, entretanto, o primeiro termo tem uma conotação mais econômica do que social. Por outro lado, o termo recuperação implica a requalificação dos edifícios ou conjunto recuperados, ou seja, esse conceito está, principalmente, ligado ao edificado e à sua manutenção. Já o termo renovação é o processo de substituição das estruturas existentes e envolve, conseqüentemente, a demolição dos prédios e a construção de novos imóveis, isto é, não se reconhece valor ao patrimônio arquitetônico ou conjunto urbano a preservar.

Os termos surgem e se difundem fazendo aparecer uma progressiva conceitualização e operacionalização, quer em domínios técnicos, quer em domínios científicos. Em Ferreira; Lucas; Gato (1999), o conceito de “requalificação urbana” deve incluir os aspectos econômico, social, ambiental e físico. Nesse sentido apresentam o referido termo, como:

[...] um processo social e político de intervenção no território, que visa essencialmente (re)criar qualidade de vida urbana, através de uma maior equidade nas formas de produção (urbana), de um acentuado equilíbrio no uso e ocupação dos espaços e na própria capacidade criativa e de inovação dos agentes envolvidos nesse processo (FERREIRA; LUCAS; GATO, 1999, p. 208).

Pode-se perceber que não há até agora um conceito aceito de forma unânime, pois são várias as especializações técnicas dos autores que, na grande maioria, encaram a requalificação como conceito ligado à recuperação econômica, melhoria das condições físicas do espaço público, imagem positiva da cidade para o exterior e o enriquecimento das áreas em estudo.

Nessa pesquisa, o conceito de “requalificação urbana” é analisado na vertente da melhoria dos espaços públicos, levando em consideração as expectativas de todos os estratos da população, incluindo os aspectos socioculturais, econômicos e ambientais.

Nesse sentido, o espaço público pode ser visto, sincronicamente, como um lugar material e imaterial, pois sua natureza vai para além do espaço físico, sua condição está na dimensão simbólica exercida pelas práticas sociais, qualidade essa necessária para dar sentido aos lugares públicos.

Para Serpa (2009, p. 9), o espaço público é também um “espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideais de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos”, em outras palavras, espaço público é, sobretudo, um espaço de convívio onde a vida cotidiana se reproduz.

Gomes (2012), diz que para analisar os espaços públicos pelas ciências sociais é preciso levar em consideração o complexo sistema de significações, pois é por essa riqueza de dinâmica que se compreende esses espaços. Esses lugares de mistura e cenas da vida urbana são um resumo da diversidade socioespacial da população. É nessa espécie de cena pública que, de fato, se apresentam:

[...] os comportamentos, o tipo de vestimenta, as maneiras de falar e de se apresentar (em grupo, sozinho, em família etc.), os itinerários percorridos, enfim, tudo aquilo que contiver significação nas trocas comunicacionais são elementos que constituem o discurso nessa cena pública. Nesses lugares, compõem-se de imagens, conferem-se valores aos elementos físicos, orientam-se práticas, qualificam-se os comportamentos e são geradas reações e conflitos (GOMES, 2012, p. 26).

É por esse ângulo que se propõe estudar a noção de espaço público, entretanto, Gomes (2012) apresenta algumas incertezas quanto às definições mais corriqueiras sobre o espaço público, as quais se deve evitar:

Em primeiro lugar, esse tipo de espaço não pode continuar a ser concebido simplesmente pela oposição ao privado, segundo um sistema binário pelo qual tudo o que não fosse público seria privado. Um primeiro problema dessa simplista equação é não levar em consideração outros estatutos possíveis do espaço (coletivo ou comum, por exemplo). O segundo problema desse raciocínio, por exclusão, é que ele reafirma as insuficiências conceptuais e empíricas, pois não se trata de uma definição, mas tão somente de uma classificação. Por fim, o último e principal problema é que, nesse estreito campo de oposição, não se percebe que há uma necessária combinação e reforço de um estatuto sobre o outro, uma vez que eles participam de um mesmo campo de fenômenos (GOMES, 2012, p. 21).

Serpa (2009) salienta que, para compreender o espaço público, é preciso uma discussão da noção de cidadania e da ação política. Destaca ainda que é essencial “elucidar as dimensões socioculturais e políticas da apropriação social dos espaços públicos urbanos, em contexto distinto” (SERPA, 2009, p. 16).

Nesta perspectiva, para se ampliar a discussão sobre espaço público é preciso verificar os comportamentos e interações dos indivíduos e grupos em suas dimensões físicas (arquitetônicas e urbanísticas) e, especialmente, pelas simbólicas (as interações e sociabilidades), investigando as práticas sociais e refletindo seus problemas e suas potencialidades.

Joseph (1999) salienta que é preciso refletir acerca da heterogeneidade dos modos de vida nos espaços públicos, destacando as formas de sociabilidade, a circulação e a informação,

que se expressam como desafios das cidades, principalmente no que tange às democracias urbanas. O autor analisa o conceito de espaço público, sobretudo pelo viés da acessibilidade, da comunicação, da circulação e da mobilidade. Em outras palavras, o espaço público é um espaço de sociabilidade, onde a experiência urbana é plural, destacando-se mais pelos rituais de interação, do que pelas normas e costumes.

Não se pode esquecer que os espaços públicos são lugares também de conflitos, e que compreendem formas de negociações e de acordos, ou seja, as negociações no espaço público não acontecem apenas de maneira formal, mas pela produção de resistências também criadas pelos indivíduos, especialmente nas formas de uso que se faz nos espaços.

Na sociedade, as intervenções contemporâneas sobre os territórios culturais se apresentam das diferentes formas, são elas planejadas no sentido de regulação e controle dos corpos nas cidades, mas também a serviço de um *marketing* político que cria imagens espetaculares, por exemplo. No entanto, esses territórios planejados, muitas vezes, não levam em consideração as apropriações inesperadas no espaço público, especialmente na forma de *ruses* urbanas. Ou seja, essas apropriações seriam “uma forma peculiar de se apropriar, conhecer e circular por determinados espaços urbanos, mistura de astúcia e experiência” (JEUDY; JACQUES, 2006, p. 9).

Essas mudanças no espaço público devem ser consideradas, uma vez que novos usos nos espaços da cidade vão surgindo, pelas relações sociais, políticas e econômicas presentes na dinâmica das próprias cidades. Como aponta Joseph (2004), as questões de uso e dos rituais de acesso aos espaços públicos somente são percebidas pela observação minuciosa da frequência dos diferentes espaços.

Serpa (2009) aponta especificidades sobre os processos de apropriação dos espaços públicos e ressalta que, na maioria das vezes, esses espaços são concebidos e/ou implantados, pois pelo que é observado tornam-se espaços de segregação e exclusão, tanto pela falta de acessibilidade física quanto pela falta de acessibilidade simbólica, servindo:

[...] de instrumento para que os detentores do poder –político e econômico – destruam aquilo que representa ameaça e resistência, em outras palavras, abram caminho para que se homogeneizem as diferenças. O espaço serve, assim ao poder institucional como um tanque de combate, instrumentalizando a homogeneização (SERPA, 2009, p. 19).

A reflexão sobre espaço público na contemporaneidade requer mais que uma análise. É preciso ir além das existentes conceituações e classificações, pois o espaço tem o seu tempo e seu momento. Quando se olha para as cidades, observa-se os “espaços públicos”, muitas vezes, assinalados como espaços da modernidade, isto é, aqueles espaços caracterizados pela homogeneidade (fabricação dos elementos e materiais; exigências análogas dos intervenientes; métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação), pela fragmentação (o que produz grupos isolados pela segregação) e pela hierarquização (espaços residenciais, espaços de lazer de consumo etc.) (SERPA, 2009).

Por sua vez é necessário compreendê-lo como resultado e pré-condição da produção da cidade, isto é, a produção dos espaços é socialmente histórica, por isso necessita ser analisada nos seus contextos, considerando as relações de poder e de conflitos, bem como os processos sociais (SCHMID, 2012).

ENTRAVES E POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS SOCIAIS DE LAZER NO ESPAÇO ESTAÇÃO DAS DOCAS

Na Estação das Docas, percebe-se que ainda é possível verificar certa vigilância das práticas, entretanto, em certas ocasiões foram identificados usos em oposição às normas, ou ainda, pode representar certo tipo de poder ali exercido.

Ao investigar o espaço, foram visualizadas poucas ações públicas direcionadas às práticas sociais de lazer. Muitas delas são pontuais, e de certa forma isso acaba ocasionando o não aproveitamento do espaço na sua plenitude. O espaço tem uma diversidade de práticas, e que muitas delas ainda estão às margens da política pública, especialmente na realização de atividades para certa faixa etária, como é relatado a seguir pelos usuários da Estação das Docas.

[...] é preciso atividades voltadas para criança. Por que aqui na nossa cidade a gente não tem esses tipos de atrativos, e como eu sou mãe de duas crianças, a gente sente a falta disso. [...] poderia sim ter algo a mais para o público infantil. Oficinas de artesanato para criança, de pintura, de repente uma palestra para os pais, tentar agregar as duas coisas (informação verbal)⁶.

Eu vejo que muita coisa aqui já tem na verdade, a questão dos restaurantes, todo o espaço que já é oferecido aqui, talvez para crianças seja algo que esteja faltando. Assim, nem todas as crianças que tenha uma curiosidade por peças históricas, amostras de exposição que tem aqui realmente, até por que crianças menores ainda não tem esse discernimento, se tivesse um local, uns brinquedos para elas, acredito que seria bem interessante. Eu já até vir crianças com uma aparência assim, aparentando está entediada por só tá ali no local, mas sem ter algo voltado para aquela faixa etária (informação verbal)⁷.

Olha, teve um sábado que eu vim, tava tendo um show de rock ali (falando da orla), eu acho que seria bem interessante mesmo. Por que às vezes só tem lá dentro, então às vezes não pode entrar e tal, e eu acho que seria bem interessante se tivesse todo sábado, aqui! Ao ar livre, seria bem legal (informação verbal)⁸.

Ao analisar as narrativas e ao observar as atividades oferecidas no espaço, percebe-se que o público infantil é o que mais carece de atividades de lazer. O único projeto gratuito realizado nesse espaço é o “Pôr do Sol”, voltado para esse público, que acontece duas vezes ao mês, não sendo suficiente para atendê-los. Como os próprios usuários relataram, faz-se necessário ampliar a programação gratuita produzida ali. O show de Rock na orla, por exemplo, só acontece em meses específicos, isso de alguma maneira acaba criando expectativas para os usuários que gostam desse tipo de atração. Outro ponto destacado nas narrativas são justamente ações que atendam, ao mesmo tempo, as crianças e os pais.

Gruber e Stoppa (2017, p. 83) salientam que é necessário ir para além das políticas de atividades, geralmente aquela baseada em rol de eventos, onde muitas vezes tem o intuito de divertir ou desviar a atenção das pessoas para outras questões. Os autores ainda contribuem dizendo que para garantir um desenvolvimento de uma ação eficaz, um sistema de animação cultural eficiente, deve contribuir para “além do descanso e divertimento, o desenvolvimento

6 Usuário 1, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

7 Usuário 5, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

8 Usuário 20, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

peçoal e social dos participantes”. Nesse sentido, a educação pelo e para o lazer defendida por Marcellino, (1996), colaboraria nesse processo.

Embora exista uma programação fixa no espaço Estação das Docas, são perceptíveis alguns problemas que interferem diretamente na qualidade do lazer de alguns usuários. O estudo de Pereira e Matos (2015) apontou que, apesar de haver uma programação mensal voltada ao cinema, teatro e outras apresentações artísticas, a maioria dos usuários desconheciam tais ações.

Quando perguntado ao Diretor-Presidente da Organização Social Pará 2000, quais projetos e ações que incentivam a comunidade a apropriar-se do espaço, o mesmo relatou que:

Os projetos realizados nos espaços administrados pelas OS Pará 2000 contam com um trabalho conjunto dos departamentos para a realização dos mesmos. O Setor Cultural é o responsável pelo planejamento das programações mensais, contato com os artistas locais, organização e execução da parte operacional e de divulgação dos projetos, que atendem as especificações do estatuto da OS (informação verbal)⁹.

Percebe-se que toda programação ali executada é elaborada sem a participação da população. Essa hierarquia, principalmente na construção dos projetos e nas execuções das ações, é de responsabilidade total da administradora, ou seja, nesse caso se presume que não há diálogo com as pessoas que estão ali, o que de certa forma inviabiliza qualquer conhecimento sobre as necessidades e os anseios da população.

Quando perguntado sobre a elaboração ou aprimoramento destes projetos ou dessas ações e se acontecia alguma consulta ou pesquisa com a comunidade, o Diretor-Presidente da Organização Social Pará 2000 informou que,

A OS faz pesquisa própria durante os projetos culturais que promove. A Instituição Estácio – FAP já realizou pesquisas no complexo Estação das Docas, e forneceu posteriormente os resultados, em forma de parceria com a OS (informação verbal)¹⁰.

Durante as observações, no período de realização desse estudo, não foi percebida a realização de nenhuma pesquisa com os usuários. Notou-se apenas a presença do fotógrafo oficial da Organização Social Pará 2000 e outros técnicos dando suporte à operacionalização dos projetos. É importante destacar que uma das metas do contrato de gestão da Organização Social é o desenvolvimento de projetos culturais. Essa programação, por exemplo, poderia ser elaborada a partir de pesquisas realizadas com os usuários, entretanto, pouco se observa a execução dessas metas em termos práticos.

A falta de projetos para a população de menor poder aquisitivo acaba por colocar esses usuários no papel apenas de expectadores no espaço, ao invés de protagonistas de suas ações. Marcellino (2008) expõe, a partir de suas pesquisas sobre políticas públicas de lazer, que a ação comunitária pode ser considerada uma alternativa operacional dentro de políticas de ação social, levando em consideração,

[...] a necessidade do conhecimento da situação, ou seja, da realidade, interesses e aspirações de determinada clientela; sua participação efetiva no planejamento, organização e avaliação das ações e a integração com órgãos e instituições locais, quer em busca de apoio político ou de recursos para manutenção e/ou ampliação da ação (MARCELLINO, 2008, p. 17).

9 Diretor-Presidente da Pará 2000, Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, dezembro 2018.

10 Diretor-Presidente da Pará 2000, Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, dezembro 2018.

Esse caminho apontando pelo autor pode ser útil para minimizar os riscos de atuação das políticas públicas, isto é, dos chamados “pacotes de lazer” ou do direcionamento de programações, que acabam beneficiando certos tipos de públicos e a valorização de suas preferências. É interessante destacar, que essa valorização de público está muito presente no Complexo Turístico Estação das Docas, principalmente para aquele consumidor seletivo, que é o caso da elite paraense e dos turistas.

Ao analisar os projetos desenvolvidos pela Organização Social, identifica-se que esses não conseguem suprir as necessidades desses usuários. O mais conhecido pelas pessoas que frequentam a Estação das Docas é o projeto “Pôr do Som”, como eles mesmo dizem “Carimbó”.

O que eu conheço aqui é o que acontece, acho que ele é recente dia de sexta-feira aqui tem roda de carimbo no primeiro galpão lá, toda tardinha, dia de sexta-feira (informação verbal)¹¹.

Tem o carimbo né, dia de sexta, que eles dançam aqui, acho que só, que eu lembro (informação verbal)¹².

Eu acho que o de música né, tem um projeto de música aqui, ou é do bar mesmo, eu não tenho certeza, ah eu acho que não conheço então. Ah tá, de vezes em quando eu sei que rola, por exemplo, tem cinema aqui né, então tem o espaço para assistir os filmes, eu acho isso interessante, eu ainda não participei, mas eu sempre quero vim pra isso. Umas rodas de carimbó também, fiquei sabendo que tem, agora lembrando são esses que conheço, essas atrações que eu acho bacana (informação verbal)¹³.

Apesar de alguns usuários relatarem que conhecem o projeto “Pôr do Som” e até mesmo o “cinema”, a grande maioria dos entrevistados apontaram não conhecer nenhum projeto desenvolvido naquele espaço, ou quando conhecem, não participam. Fica evidente que esses projetos não estão atendendo a um grande número de público na Estação, isso de certa maneira vai na contramão da narrativa do Diretor-Presidente.

[...] a Estação das Docas respira cultura, música, cinema, teatro e dança, estão na programação mensal do complexo, que oferece aos visitantes projetos culturais. Os projetos fixos, como Pôr-do-Som, Teatro Pôr-do-Sol, Música no Ar e Cine Estação, e programações especiais: Rock na Orla, Corais Natalinos, Projetos Itinerantes e parcerias, somaram mais de 1.465 apresentações, e atingiram mais de 109.546 mil pessoas em 2017. A Organização Social Pará 2000 tem como missão promover programações culturais acessíveis à população. A Estação das Docas recebe uma média de 100 mil visitantes por mês. Mais de 1.500.00 por ano, em virtude de meses como outubro (Círio) e dezembro (Férias/ Réveillon) que o número de visitantes aumenta consideravelmente (informação verbal)¹⁴.

A Estação das Docas é um dos espaços públicos mais conhecidos da Cidade de Belém, contudo, observa-se certa divergência entre o número de público atingido por esses projetos citados pelo gestor e as narrativas dos usuários, que dizem o contrário. Freitas (2010, p. 122), ao analisar os públicos dos projetos “Pôr do Som” e “Pôr do Sol” mostrou que é preciso pensar projetos que possam atender a todos, ao invés de:

11 Diretor-Presidente da Pará 2000, Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, dezembro 2018.

12 Usuário 1, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

13 Usuário 3, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

14 Diretor-Presidente da Pará 2000, Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, dezembro 2018.

[...] intervenções centradas na concepção tradicional de consumo cultural como teatros, cinemas, museus e bibliotecas, ou a vinculação destes espaços com esferas mais elitizadas da sociedade acabam por beneficiar aqueles que já são usuários de equipamentos similares e distanciar aqueles que entendem este tipo de prática como de elite.

Percebe-se que tais ações, em sua maioria, são centradas numa perspectiva de padrões culturais de um “tipo de usuário”. Isso demonstra certos gostos de classe e estilos de vida. Bourdieu (1983) salienta que os gostos e estilos de vida são reflexos das escolhas de pessoas, de bens, de ideologias e de práticas. Nas narrativas de alguns entrevistados, é possível perceber uma pronúncia, uma elocução socialmente marcada por um tipo de classe social.

Passear com as crianças, ou jantar ou fazer um lanche. Aqui em Belém é difícil você ter um espaço aberto, não tem quase né, um espaço aberto que te traga um pouco de segurança, que tenha uma praça de **alimentação boa**, um espaço para criança, um espaço aberto né. Aqui é um espaço agradável, o preço é acessível também dos restaurantes é **bem frequentado** (informação verbal)¹⁵.

Olha, vim jantar, tomar um chopp no happy hour, também tocar. Como eu trabalho como músico eu venho tocar aqui. Por que é o melhor ponto turístico que eu encontro em Belém, **bem no centro, bem localizado** e tranquilo (informação verbal)¹⁶.

Essas narrativas buscam demonstrar que certos “gostos” são representados por linguagens. Como aponta Bourdieu (1983, p. 87), são nas expressões, por exemplo, como: “bem-cuidado, tão fortemente apropriada por aqueles que a fazem dizer seu gosto pelo trabalho bem-feito, bem-acabado, critério de toda perfeição estética, que está carregada de conotações sociais”, isto é, certas classes sociais se investem inteiramente, com tudo o que contrapõem aos outros grupos, numa espécie de unidade de estilo, onde se exprime sua identidade, quer dizer, sua diferença.

Na Estação das Docas, ainda é perceptivo ver comportamentos pertinentes a uma condição econômica e social, que marca e demarca aquele espaço público. De certa forma isso “são reflexos das características iniciais das razões de suas criações: a classe de maior poder aquisitivo da cidade ou sua elite” (FIGUEIREDO, 2008, p. 90).

Por outro lado, também é possível ver um movimento contrário a essa lógica, haja vista que certas práticas sociais de lazer não estão na lista dos projetos da Estação das Docas. Segundo Leite (2004), essas práticas opositivas, podem tornar visível, publicamente, as diferenças e as pluralidades no espaço público. O autor salienta que essas formas de resistência e esses “contra-usos” de *outsiders*¹⁷ emitem ruídos contra-enobrecedores, apontando, assim, a possibilidade de formas cotidianas de apropriação política de lugares públicos.

Esse fato foi percebido ao observar o espaço, que em alguns momentos ficou evidente a existência de práticas sociais de lazer que não fazem parte da leitura política do espaço ou de seu planejamento inicial como, por exemplo, o público do Pokémon Go (jogo virtual realizado por jovens e adultos), a realização de piqueniques, jovens tocando violão ou dançando, roda de conversa entre idosos e no ato de passear desprezioso.

15 Usuário 1, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

16 Usuário 3, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

17 Elias chama de “outsiders” aqueles que não pertencem ao território mais antigo, são os excluídos. Portanto, esse termo é justamente utilizado para sinalizar o não pertencimento de uma pessoa ou grupo em determinado contexto (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Esse fato foi percebido ao observar o espaço, que em alguns momentos ficou evidente a existência de práticas sociais de lazer que não fazem parte da leitura política do espaço ou de seu planejamento inicial como, por exemplo, o público do *Pokémon Go* (jogo virtual realizado por jovens e adultos), a realização de piqueniques, jovens tocando violão ou dançando, roda de conversa entre idosos e no ato de passear desprezioso.

Outro ponto observado foi à existência de práticas sociais de lazer que acontecem ao lado da Estação das Docas, e por não fazerem parte do rol de atividades normatizadas, acabam não adentrando o espaço. A prática da pesca (fotografia 1), por exemplo, é uma prática de lazer que acontece bem ao lado do Complexo Turístico, mas que pelas regras e normas do espaço acabam sendo praticadas fora do Complexo, apesar de estarem no mesmo espaço da orla do rio, mas separados pelas grades que delimitam o espaço público. A mesma situação acontece com outras práticas sociais de lazer visualizadas do lado de fora como, o banho de rio e o sarau. Essas práticas sociais acabam indicando movimentos de resistências, além do que, encontra nesse espaço um *lugar de refúgio*, em outras palavras “um lugar de fuga e refúgio (pela característica de abrigar os excluídos dos pólos de animação)” (LEITE, 2008, p. 41).

Segundo Pinho (2017, p.113), esses indivíduos encontram-se também nesses espaços, um outro urbano, “aquele que escapa, resiste, vive e sobrevive no cotidiano dessa outra urbanidade, através de táticas de resistência e apropriação do espaço urbano, de forma anônima (ou não), dissensual, radical”, ou seja, por meio de práticas sociais que acabam resistindo as diferentes formas de segregação desse modelo de espaço público.

Fotografia 1 - Prática social de lazer ao lado da Estação das Docas, “pesca”



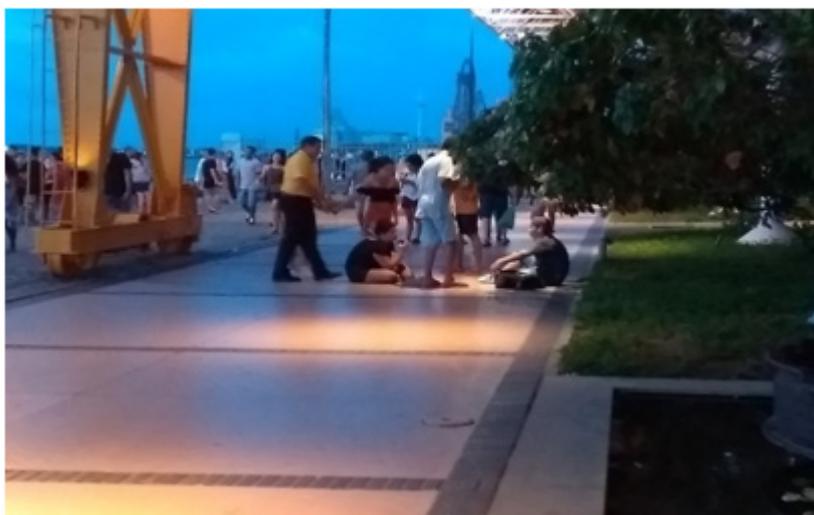
Fonte: Acervo pessoal (2018).

A grade de ferro observada na fotografia, por exemplo, cria um obstáculo físico. Todavia, não existe apenas a inacessibilidade física, é perceptível ver nas formas de vigilância e o próprio modelo de espaço público que foi adotado, barreiras simbólicas. Essa falta de acessibilidade vai para além do concreto e físico, torna-se simbólico, isso é, quando o espaço público é dividido entre os diferentes grupos “conseqüentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente” (SERPA, 2004, p. 32).

Parte dessas limitações é resultado do modelo de gestão adotado pelo espaço, geralmente com proibições excessivas, controle absoluto do que pode ou não fazer, e que acaba

normatizando as atividades ali exercidas. Esse tipo de atitude, por exemplo, é percebido constantemente na Estação das Docas, como foi possível observar em certos momentos esse tipo de ação por parte dos orientadores de público do espaço (Fotografia 2). Como aponta Figueiredo (2008), esse tipo de vigilância acaba inibindo certos usuários nas suas práticas sociais de lazer, justamente pelo controle dos comportamentos, de não poder sentar, por exemplo, em locais que não foram predeterminados para esse uso.

Fotografia 2 - Jovens sendo abordado pelo funcionário da Estação das Docas



Fonte: Acervo pessoal (2018).

Figueiredo (2008, p. 88) destaca que esse ordenamento físico-espacial facilita o controle, ou seja, esses espaços “são ordenados de tal forma que fica muito explícito a hierarquia e a função dos mesmos”, assim como a acessibilidade nesses espaços é estratificada. Não é por acaso que certas atividades promovidas pela OS Pará 2000 são padronizadas, além disso, é possível notar certa exclusividade que é dada para determinadas áreas do espaço, como o atracadouro da Empresa Valeverde Turismo, que serve exclusivamente para deslocar seus clientes do Complexo para os barcos de passeio, não sendo permitido, por exemplo, o uso por outras empresas de embarcações turísticas aportarem no espaço.

Nota-se que as novas formas de atuação no espaço público ou mesmo de ocupação abrem caminho para entender “o drama social dos encontros e as situações da copresença, quem sabe, tragam elementos híbridos de lazer e reivindicação associados” (FIGUEIREDO, 2018, p. 159).

Outro aspecto importante é que mesmo a Estação das Docas se apresentando como um exemplo de “privatização” do espaço público, pelo aparente excesso de controle e direcionamento de comportamentos, existe por outro lado as formas contestatórias, de transgressão, que na maioria das vezes são apropriações inesperadas nos espaços como, por exemplo, o *réveillon* que acontece na Estação das Docas, em que é possível observar pessoas levando isopor com bebidas, comidas e cadeiras de praia, para realizar sua “ceia” dentro do Complexo Turístico. Ou seja, ainda que não seja permitida essa prática, esses usuários utilizam dessa estratégia e acabam ocupando o espaço dessa maneira. Isso de certa forma mostra um movimento contrário ao planejado pelos administradores do espaço quanto pelos donos dos estabelecimentos, já que há venda de lugares nas mesas para os usuários se acomodarem nos restaurantes, além de consumirem o *buffet* e as bebidas com

preços elevados. Percebe-se que essa situação demonstra tática de uso no espaço público, da mesma forma que rompe com certos modelos predeterminados pelos planejadores.

CONCLUSÃO

Os espaços públicos de lazer nas cidades contemporâneas, muitas vezes se apresentam com limitações, as quais podem ser percebidas em diferentes contextos, como a falta de projetos e ações para práticas de lazer, a falta de segurança, a falta de manutenção nas estruturas, a falta de propostas mais inclusivas, a falta de diálogo com a população para um planejamento mais adequado etc.

No entanto, observa-se que, apesar de todas as dificuldades nesse espaço, é possível perceber diferentes práticas que, na maioria das vezes, estão à margem das políticas públicas. Além disso, muito do que é produzido, seja em projetos ou em ações, não consegue atender a maioria dos usuários. Tais limites foram percebidos pelas próprias narrativas dos gestores, em que destacaram que a elaboração dessas políticas parte exclusivamente de seus gabinetes, não havendo uma comunicação com os frequentadores desse espaço público de lazer.

Vale destacar que, por conta desse formato de espaço público, algumas práticas sociais não adentram o Complexo Turístico, como foi percebido na prática da pesca e do banho de rio, os quais só podem acontecer fora do cercamento pelas grades da Estação das Docas.

Diante dessa realidade presente na Estação das Docas, pode-se verificar que há uma diversidade de práticas sociais de lazer nesse espaço, ao mesmo tempo em que as possibilidades, também se tornam desafios. Possibilidades, no sentido de dizer que essas práticas sociais observadas possibilitam um potencial transformador, já que em momentos passados o espaço atendia exclusivamente a um certo tipo de classe social. Desafiador, por que as políticas públicas ainda não tomaram consciência de tais diversidades de usos ou talvez queiram permanecer com as práticas preestabelecidas no seu planejamento.

Portanto, a Estação das Docas se torna emblemática, no sentido de que foram pensados “usos preestabelecidos”, que, de certa maneira, acabam contribuindo para as ações segregadoras nesse espaço público. No entanto, “novas práticas sociais” estão surgindo e transgredindo suas regras e suas normas, assim como inventam artifícios para se apropriar e reinventar, numa mistura de astúcia e experiência (JEUDY; JACQUES, 2006).

Talvez um caminho possível para os entraves encontrados no espaço público, seja verificar os comportamentos, os usos específicos e as possíveis necessidades da população, assim como é necessário que haja uma comunicação entre os órgãos públicos que trabalham diretamente com a elaboração de políticas públicas e os usuários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. A Indústria Cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: *A Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, M. D. B. A guerra das águas: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA). 2005. 229f. *Dissertação* (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

BAHIA, M. C. *O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará*. Belém: NAEA, 2014.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. Introdução, Organização e Seleção de Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERREIRA, V. M.; CRAVEIRO, M. T. Reabilitar ou requalificar a cidade? *Sociedade e Território*, v. 4, n 10/11, p. 71-76, dez. 1989.

FERREIRA, V. M.; LUCAS, J.; GATO, M. A. B. Requalificação urbana ou reconversão urbanística? In V. M. Ferreira; F. Indovina (Eds.), *A cidade da Expo'98*. Uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa. Lisboa: Bizâncio. 1999, p. 205–250.

FIGUEIREDO, S. L. Espaços Públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, 2008, p. 79-92.

FIGUEIREDO, S. L. O campo do lazer, festa e políticas nos espaços públicos urbanos. In: BAHIA, M. C. (Org.). *Novas leituras do lazer contemporâneo*. Belém: NAEA, 2018, p. 151-162.

FREITAS, A. P. N. Políticas culturais e consumo cultural: um estudo dos públicos da Estação das Docas em Belém/PA. 2010. 145f. *Dissertação* (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Fortaleza, 2010.

FRÚGOLI JR., H. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*, vol.48, nº 1, pp. 133-165, 2005.

FRÚGOLI JR., H. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

GOMES, P. C. C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, P. C. C. Espaços públicos: um modo ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GRUBER, G. V.; STOPPA, E. A. O lazer do brasileiro: representações e concretizações nos espaços e equipamentos. In: STOPP, E. A; ISAYAMA, H. F. (Org.). *Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas*. Campinas: Autores associados, 2017. p. 81-94.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, P. B. Elogio aos Errantes: a arte de se perder na cidade. In: JEUDY, H; JACQUES, P. B. (Org.). *Corpos e cenários urbanos*. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 117- 139.

JEUDY, H; JACQUES, P. B. *Corpos e cenários urbanos*. Salvador: EDUFBA, 2006.

JOSEPH, I. Paisagens urbanas, coisas públicas: Introdução. *Caderno CRH*, Salvador, n. 30/31, p.11-40, jan./dez. 1999.

JOSEPH, I. Belém: paisagem, coisa pública. *Cadernos do IPPUR*. IPPUR, UFRJ. Ano XVIII, n.1-2. p. 41-90, jan/dez. 2004.

LEITE, R. P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

LEITE, R. P. Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 83, p. 35-54, dez. 2008.

MARCELLINO, N. C. *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, N. C. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) *Políticas Públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008, p. 133-152.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. Espaços e equipamentos de lazer: apontamentos para uma política pública. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) *Políticas Públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008, p. 133-152.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOREIRA, M. G S. *Requalificação urbana: alguns conceitos básicos*. Artitextos, n. 05, 2007. Disponível em: http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1802/1/FAUTL_13_D_GMoreira.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

PEIXOTO, P. Requalificação Urbana. In: FORTUNA, C; LEITE, R. P. (Org.) *Plural de Cidades: novos léxicos urbanos*. Coimbra: CES e Almedina. 2009, p. 41-52.

PEREIRA, P. V. V.; MATOS, L. S. Lazer como mecanismo de apropriação democrática dos espaços públicos: um estudo sobre as práticas de lazer na Estação das Docas em Belém (Pará, Brasil). *Turismo e Sociedade*, v. 8, n. 3, p. 511- 531, 2015. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/41260>. Acesso em: 01 out. 2018.

PINHO, R. B. Feira das Pulgas cartografia da cidade na contemporaneidade. 2017. 207f. *Dissertação* (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2017. Disponível em: http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao_rafaela_pinho.pdf. Acesso em: 10 dezembro 2018.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, SP, n. 32, p. 89-109, 2012.

SERPA, Â. Espaço público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, SP, n.15, p. 21-37, 2004.

SERPA, Â. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2009.

TRINDADE JR., S. C.; AMARAL, M. D. B.; SANTOS, E. R. C. Estado, Políticas Urbanas e Gestão do Espaço na Orla Fluvial de Belém. In: CASTRO, Edna (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, p.59-84, 2006.

TRINDADE JR., S. C. Patrimônios, vivências e representações do espaço em políticas de requalificação urbana na Amazônia. *Revista Espaço e Geografia*, v.16, N. 2, p. 483-513, 2013.